

Os últimos 20 anos – entre avanços e retrocessos

The last 20 years – between progress and setbacks

Los últimos 20 años – entre avances y retrocesos

José Castilho Marques Neto¹

Minha formação acadêmica é na área da filosofia política, da história, da edição. Não sou uma pessoa que tem uma história de estudos universitários voltados à área de formação de leitores, nem de literatura, por isso a visão a ser dada aqui por mim não é a do especialista nessa ou naquela área. É de alguém que há muito tempo reflete e trabalha com livro, leitura e bibliotecas, e que também esteve inserido durante muitos anos na vida pública coordenando e implementando programas e políticas públicas voltadas primeiramente ao desenvolvimento editorial e, posteriormente, para a formação de leitores e leitoras. É dessa ótica que vou falar a vocês. Minha fala aqui está voltada ao exame da política em seu amplo aspecto, porque ligada à cultura e à educação e, ao mesmo tempo o que isto implica para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas. É também uma visão de quem saiu detrás das escrivaninhas e ganhou as ruas para conhecer a luta cotidiana daqueles que formam leitores e leitoras nesse país.

Embora a ementa dessa mesa mencione um recorte temporal de 40 anos para situar as questões levantadas, vou reportar-me aos últimos 20 anos, pois creio serem eles os melhores para elaborar uma resposta para a questão acerca de nosso futuro no que diz respeito ao livro, leitura e biblioteca, após a troca de governo pela qual acabamos de passar. As considerações sobre esses 20 anos serão fundamentais para os passos que se podem caminhar no terceiro governo do Presidente Lula da Silva e que vem sendo chamado de governo da reconstrução. É com esse ‘esperançar’ que procuro olhar essa nova fase do Brasil.

A ementa também pergunta que forças estão em jogo em nosso país na questão das políticas de leitura. Gostaria de dizer que o tratamento dessa questão nos tomaria muito mais tempo do que temos nessa mesa, entretanto, gostaria de sintetizar uma possível resposta lembrando uma frase muito conhecida, muito difundida, do Prof. Darcy Ribeiro que desnuda a política brasileira, a elite brasileira. Ele dizia que a crise da educação brasileira não é uma crise e sim um projeto. Penso que isso responde a muitas de nossas inquietações e, principalmente, às impossibilidades que a política pública tem tido na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas e em tantas outras, como na cultura, na educação, na saúde, no transporte, na

¹ JCastilho gestão & projetos.

alimentação. Em tudo aquilo que significa DIREITO da pessoa humana aos bens repartidos e compartilhados pelo Estado ou pela República Brasileira encontramos obstáculos secularmente irremovíveis.

Essa frase do Prof. Darcy, a persistência dessa política atrasada e absolutamente excludente durante muitos anos no Brasil, assim como a descontinuidade das poucas políticas públicas existentes – há sempre um governante que quer começar as coisas de novo, dando uma solução rápida e fácil durante os quatro anos do seu mandato - inviabilizam aquilo que sabemos precisa ser longo e duradouro. Nada é fácil. Nada é milagroso. A construção da leitura é uma construção social e como toda construção social demanda história, intervenção, diálogo, escuta, compartilhamento e uma série de requisitos que vão muito além da cultura e da educação, como já sabemos. O oposto daqueles que apresentam soluções simples a problemas complexos. Sabemos onde isso vai dar.

Então, as forças que estão em jogo em relação às políticas de leitura em nosso país, como se pergunta na ementa dessa mesa, são as mesmas que operam para o atraso em que, secularmente, querem colocar a maior parte de nossa população, mantendo-a sem o direito e o acesso à leitura, ao livro, à literatura, às bibliotecas, privada de manejar os instrumentos necessários para o que chamamos de era da informação e do conhecimento onde tudo é leitura e escrita.

Dito isso, volto ao ano de 2003 para tratar dos últimos 20 anos, quando tivemos um novo impulso na tentativa de o Brasil ter uma política permanente de Estado, que pudesse se sobrepor a partidos, governos, e fosse realmente de interesse permanente do povo brasileiro, como a saúde, o transporte, a educação e o direito à vida, por exemplo.

Não vou comentar a respeito dos últimos quatro anos – poderíamos dizer seis se contarmos, como se deve, a deposição da presidenta eleita legitimamente - em que tudo que havia sido construído ou estava em construção foi interrompido. Essa seria uma reflexão bastante longa e que precisaria ser feita de maneira correta. Mas todos sabemos que o governo dos últimos quatro anos, que nos negou o direito à vida, ao boicotar as vacinas e espalhar Fake News acerca dessa moléstia terrível que matou 679.251 pessoas entre 2020 e 2022, certamente não esteve preocupado com a educação e o letramento do povo.

Vou aproveitar meu tempo para relembrar a todos o percurso que foi feito entre 2003-2023, muito pontualmente, para poder dizer o que penso sobre o futuro que podemos ter. Uma visão da política e dos planos públicos dos governos – federal, estadual e municipal – dos quais tenho conhecimento.

Volto a dizer o que digo desde que entrei, em 2005, na preparação do Ano Ibero Americano da Leitura/Vivaleitura. Ficou constatado naquele ano, por intermédio de um enorme levantamento das atividades da sociedade civil e dos governos sobre a formação de leitores e leitoras, que a maior parte, e de maneira mais persistente, essa tarefa coube à sociedade civil organizada: universidades, bibliotecas comunitárias, festas literárias, ações comunitárias, foram esses segmentos os formadores de leitores de todas as ordens, seja na educação seja na cultura, em todos os espaços e lugares do país.

Naquele levantamento, de 2005, ficou constatado que, no Brasil, 70% das ações de formação de leitores e leitoras eram realizadas pela sociedade civil e não pelos poderes públicos. Eu acredito que essa porcentagem se mantém hoje, talvez até em maior número se fizermos um novo levantamento após seis anos de total abandono de ações nessa área pelo governo federal. A sociedade civil esteve (e está) absolutamente integrada e atuante, ao longo dos últimos vinte anos, na construção dessa fase histórica que girou em torno do Plano Nacional do Livro e Leitura/PNLL, inaugurado em 2006 e implantado até 2010.

Lembrando alguns fatos importantes:

Em 2003, entidades de cooperação internacional – OEI, CERLALC/UNESCO, fizeram um apelo aos Ministros da Cultura e aos chefes de governo da região Ibero- Americana, em dois congressos realizados na Bolívia, quanto à relevância das políticas de difusão da leitura nesses países. Todos concordaram que a formação de leitores e leitoras, o incentivo à leitura, à economia do livro, à formação de bibliotecas e sua modernização, seriam peças fundamentais nas políticas públicas autônomas e voltadas para a maioria da população durante as próximas décadas.

Sob essa orientação e decisão, tivemos aqui no Brasil, em 2005, o Ano Ibero-Americanano da Leitura, comemorado também em outros dezenove países da região Ibero-Americanana. Aqui, no Brasil, chamou-se VIVA LEITURA; nos países de fala hispânica, chamou-se ILIMITA. Todas essas comemorações eram para despertar dentro dos governos e das sociedades aquilo pelo qual nós, ativistas, lutamos cotidianamente: a necessidade e a centralidade de termos países de leitores e leitoras plenos, dando um salto histórico no direito à leitura e obtermos o acesso à informação e ao conhecimento ficcional e não ficcional.

Em 2006, como consequência desse ano, tivemos o início efetivo dos trabalhos de construção do PNLL que, no caso do Brasil, utilizou uma metodologia absolutamente

democrática e ética em relação aos que nos precederam nessa luta. Foi igualmente fundamental no sentido que o plano tivesse o enraizamento que tem hoje em todo o Brasil. Refiro-me à metodologia da escuta e do compartilhamento. Escutar em primeiro lugar como e em quais condições se formavam os leitores e leitoras nas diversas regiões do país ao invés de professar verdades que viesssem de uma comissão de eleitos em Brasília. Computamos um conjunto de 180 a 200 reuniões presenciais de 2005 até dezembro de 2006, quando o nosso Caderno do PNLL – nossa miniconstituição do livro e da leitura para as políticas públicas, como eu o chamo, foi aprovado e lançado em 19 de dezembro de 2006, após amplíssima reunião em Brasília. Aí teve início de fato, e não apenas nas intenções e portarias, em que tudo foi discutido e consensuado entre governo e sociedade civil organizada, a implementação do Plano e o desenvolvimento dos programas da política pública decorrentes dele.

Até hoje o texto do PNLL não teve nenhuma contestação frontal, muito pelo contrário, passou por três Conferências Nacionais de Cultura, por duas Conferências Nacionais de Educação, ficou quatro anos em audiência pública aberta na Internet. Sofreu pequenos ajustes muito mais ligados à evolução técnica da leitura (leitura no espaço virtual, por exemplo) do que naquilo que é essencial para a permanência da política pública para o setor.

O que o texto apresenta como essencial? Os alicerces do PNLL são dois: a ideia de que Cultura e Educação precisam estar juntas e, também, de que Estado e Sociedade precisam estar juntos nessa missão. Essas ideias são a base dos quatro eixos do plano: a democratização do acesso ou o direito humano à leitura; a formação de mediadores de leitura; o incremento do valor simbólico da leitura e do livro; o apoio ao desenvolvimento da economia do livro entendendo aí o percurso que vai desde o autor até o livro chegar às mãos do leitor.

Entre 2007 e 2010 a implantação do PNLL foi bastante exitosa. Os governos democráticos e legítimos só agem se contarem com uma base legal, e para isso criam instrumentos e meios legais. Ao mesmo tempo, colocam recursos para materializar o propósito ao qual os meios legais se reportam. Só assim é possível acreditar em governo praticando, de verdade, políticas públicas. E foi isto que verificamos se estudarmos o que ocorreu para o setor naquele período. Com base em duas portarias interministeriais do MinC e do MEC, emitidas em agosto de 2006 dando base legal ao PNLL, constatamos um salto no orçamento voltado para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas que recebiam, tradicionalmente, desde o governo de Fernando Henrique e durante o primeiro governo Lula, algo em torno de 6 a 7 milhões de reais. Entre 2008 e 2010 tivemos um orçamento médio, executado (não apenas prometido), de 95 milhões de reais. Inseria-se, no âmbito do Ministério da Cultura, o livro no programa maior

da pasta, o Cultura Viva e com ações políticas no marco dos pactos federativos, unindo recursos federais aos estaduais e municipais.

Foi quando surgiram as bibliotecas em 1.600 cidades que não tinham bibliotecas; as primeiras bibliotecas-parque; a formação de 5 mil agentes de leitura; os enormes incentivos às feiras de livros; a difusão ímpar de autores e autoras e da produção editorial brasileira em inúmeras feiras de livros internacionais, muitas delas tendo o Brasil como país convidado. Iniciativas, inclusive, que apoiaram movimentos fundamentais da sociedade civil. A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias/RNBC, por exemplo, em sua pesquisa intitulada “Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores” (*In: O Brasil que Lê*, de Cida Fernandez, Elisa Machado e Ester Rosa, 2018), demonstra que, a partir de 2008, houve um incremento de 58% de bibliotecas comunitárias no Brasil. Ao mesmo tempo, popularizaram-se as festas literárias que passaram a pipocar em todo o território nacional.

Tivemos, assim, um conjunto de medidas que colocaram o livro e a leitura num patamar muito superior e propício a um novo começo com o esperançar de se tornar uma política pública de verdade. Não estou me regozijando com isso não, no sentido de estar dizendo: olha, já conseguimos chegar lá! Muito pelo contrário. Sabíamos que aqueles eram os primeiros passos. Que os que sucederam os dirigentes políticos daquele quadriênio teriam de continuar a trilha até que se tornasse política de estado perene e supragovernamental como se deve. Se o ritmo de programas e investimentos tivessem continuado desde 2006 até hoje, talvez a gente pudesse comemorar avanços significativos e não estivéssemos na posição de lamentar a destruição da política pública aplicada até 2016.

Os caminhos nem sempre foram floridos, mesmo nos melhores dias. De maneira ainda incipiente, iniciou-se uma desestruturação em 2011, 2012. Houve uma tentativa de recuperação, parcialmente exitosa entre 2013 e início de 2016 e, finalmente, em 2016, com a quebra da estabilidade política da Presidente Dilma e sua expulsão do governo a partir daí que considero um golpe político, houve um aniquilamento do conjunto de ações e programas oriundos do MinC. Em outro ritmo e com suas peculiaridades e ações fundamentais e de grandes proporções, o MEC também se retraiu de ações concertadas nos eixos do PNLL e de cooperação com a Cultura. Nos últimos anos a formação de leitores tornou-se uma distorção em programas como o famigerado “Conta pra mim”.

Minha colega e amiga Renata Costa assumiu depois de vários meses vaga, após a minha renúncia em consequência à queda da Presidenta, a secretaria do PNLL. Enquanto esteve no governo Temer, não consegui desenvolver nenhuma ação nova ou de continuidade do que

havia sido realizado até então, porque toda a base de sustentabilidade e execução do plano, assim como os laços que ele tinha no Ministério da Cultura foram minados naquele período.

Mas a Renata conseguiu um feito importantíssimo, a ser ressaltado, que foi a aprovação no Congresso Nacional daquilo que eu, enquanto secretário do Plano, havia deixado, juntamente com o Conselho Diretivo do PNLL, o Colegiado do Livro e da Leitura e a DLLLB/MinC nas mãos da então Senadora e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro e da Leitura no Congresso Nacional. A Lei 13.696 - Lei da Política Nacional de Leitura e Escrita/PNLE – foi finalmente aprovada em julho de 2018, condensando em lei, gerando um marco legal, a primeira Política de Estado para a formação de leitores e leitoras em mais de 500 anos de Brasil. Voltada ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas, essa lei reconhece a democratização do acesso e o direito à leitura para todos e todas, como um direito humano inalienável, logo em seus primeiros parágrafos.

No período que vai de 2016 até hoje tivemos uma falência de todos esses avanços aqui narrados. Esse período somou-se a outros em que foram realizadas ótimas iniciativas nesse campo, embora sem caracterizarem uma política de Estado. Ao longo da história brasileira o último período teve muitos precedentes que o antecederam, como bem disse a Lilian e, também, o Ezequiel que estão nisso há mais tempo do que eu. Mas é importante demarcar que as conquistas que obtivemos, enquanto ativistas e enquanto cidadãos brasileiros, e que constituem marcos importantes e estão juridicamente consolidadas, foram totalmente abandonadas durante o governo do presidente que felizmente nos deixou nesse 1º de janeiro de 2023.

Nesse cenário dos últimos anos de luta pela política pública para o setor, a conquista institucional, podemos dizer, é a Lei da Política Nacional da Leitura e Escrita/PNLE. Ela já existe, reflete em lei a síntese e os valores do PNLL, e está em plenas condições de ser aplicada no momento em que assume um governo que pretende ser da reconstrução nacional, que recriou o Ministério da Cultura e dentro dele criou uma secretaria que, se não exclusiva para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas, tem uma diretoria com possibilidades de recriar o movimento virtuoso que uniu cultura e educação, trabalhou com a sociedade civil organizada e construiu programas sob a égide da vontade e decisão dos que fazem a formação de leitores e leitoras no país, o PNLL.

Esse momento é de uma importância estratégica enorme, pois a história se faz por saltos - já demos um salto incrível entre 2006 e 2010 - e é esse salto que se pode dar agora, a partir das lideranças do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, este último finalmente recuperado de uma guerra tresloucada e ideológica que jogou todas as teorias e conceitos dos

melhores educadores brasileiros e internacionais no lixo, tecendo teorias conspiratórias de toda ordem para seus programas educacionais.

Ex-diretor do livro e leitura, na ocasião da implantação do PNLL entre 2008 e 2010 e ex-Secretário Estadual de Cultura do Estado do Ceará até 31 de dezembro próximo passado, Fabiano Piúba, o Secretário de Formação, Livro e Leitura do MinC, tem uma larga experiência na área. À frente da DLLLB, está Jéferson Assunção, também com passagem pela área no MinC e subsecretário Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul em anos anteriores. Ambos têm a enorme possibilidade de realizarem um resgate e uma segunda chance, num espaço de 20 anos, ao PNLL que mal conseguiu dar os primeiros passos. E esses primeiros passos foram bonitos, bons, importantes, mas foram apenas os primeiros! Temos a chance de ver implementado o melhor da experiência do PNLL e que está sintetizado na Lei 13.696.

Hoje não ocupo qualquer cargo em qualquer instância do governo e nem na universidade, pois estou aposentado. Mas prossigo como profissional autônomo e como ativista na leitura e na formação de leitores. Creio que todos nós, ativistas, sobretudo cidadãos e cidadãs, que estamos na cadeia do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas, queremos e esperamos que se cumpra a lei do direito à leitura para todos e todas. Não apenas esperamos, mas exigimos. Isso é o que nos cabe e o que se deve fazer. Uma lei que foi duramente conquistada por todos nós - a Lei da Política Nacional da Leitura e Escrita e que implanta a obrigatoriedade do Poder Executivo criar um PNLL decenalmente, atualizando-o e adaptando-o às necessidades históricas de seu período até que tenhamos uma nação de leitores e leitoras plenos.

O novo PNLL decenal a ser recriado, hoje, tem uma enorme possibilidade de ser muito mais ágil e dinâmico nessa nova oportunidade. Se trabalharmos com o PNLL tal qual está escrito e configurado no documento de 2006, veremos que os conceitos, argumentações e estratégias, estão todos na lei da PNLE. Seus parágrafos, eixos, todo o alicerce igualmente está na lei. Não há mais o que discutir. A lei 13.696, democraticamente aprovada por unanimidade do Congresso Nacional, é uma expressão não apenas de todos nós que há tanto tempo lutamos pelo acesso e direito à leitura do povo brasileiro, mas também do poder parlamentar brasileiro, sancionada pelo Presidente da República de então.

O que temos que fazer nesse momento é que a Lei se cumpra! E para que isso aconteça ela precisa ser regulamentada. Dizer quem faz o que; como; de onde sairão os recursos etc. Essa regulamentação pode ser feita em poucos dias por um governo de boa vontade e o primeiro passo é a convocação do MinC, do MEC, de órgãos do governo federal, estaduais e municipais, dos conselhos da cultura e da educação, da sociedade civil organizada, de instituições e

entidades do livro, da leitura, das bibliotecas, da literatura para que juntos a gente construa num prazo de seis meses, prazo determinado na lei, o novo PNLL decenal.

No meu entendimento esse plano deve ser muito mais pragmático. Por exemplo: o item 1 do Plano diz que é necessária a democratização do acesso à leitura. Como isso pode se dar? Por onde? É pelo acesso público às bibliotecas? Quais? As escolares, as comunitárias? Quanto de dinheiro fica atribuído a isso? Que programas de formação serão desenvolvidos por elas? Como se fará a renovação dos acervos? Esse exemplo toma um dos eixos apenas e enumera algumas decisões que podem ser tomadas, mas pode passar por todos os outros eixos e criar programas de curto, médio e longo prazos. Teríamos 6 meses para pensar isso coletivamente e, assim, obtermos objetivos fixados para 10 anos até um novo ciclo histórico e a renovação com um PNLL para o decênio seguinte. Não nos iludamos, esta é uma conquista de longo prazo e temos que pensar e agir estrategicamente e com o pensamento voltado para o bem comum e a construção de uma nação civilizada e equânime socialmente.

À guisa de ir terminando esta exposição que sintetiza anos de luta, gostaria de lembrar a todos e todas.

Que este movimento atual que espero seja de reconstrução nos faça entender, enquanto sociedade civil, que a partir do momento que temos um plano firmado com a participação vigorosa de todos e de todas, teremos mais força para poder brigar por sua implementação com os governos que se sucederem ao governo atual e eventualmente forem contrários ao direito à leitura.

Igualmente é importante lembrar que, quando o governo federal tem uma política clara e um plano com objetivos e metas muito bem definidos e sincronizadas, há o efeito cascata, ou seja, isso começa a se refletir nos estados e municípios, objetivo também expresso na lei da PNLE. Só teremos uma dinâmica nacional de formação de leitores, do ponto de vista de uma política pública, quando o plano federal, o estadual e o municipal, estiverem sincronizados, contemplando suas necessidades e particularidades sabidamente muito diferentes, considerando-se a diversidade das regiões brasileiras.

Da mesma maneira devemos aprender de maneira definitiva: só há duas ações do governo que nos permitem verificar se ele está fazendo ou não o seu papel de poder público, isto é, formulando e fazendo cumprir os marcos legais e empregando recursos, dinheiro, de maneira auditada, de maneira muito clara, mas constante, permanentemente.

O essencial também é que em nenhum momento, por mais progressista, por mais compromisso político, como existe no atual governo, reiteradamente expresso por ele, é

imprescindível a persistência, a continuidade, a exigência da avaliação crítica, da participação da sociedade civil para garantir a democratização, para garantir que as coisas sejam de fato assumidas. Não podemos esperar apenas que os diferentes governos, em seus quatro anos de mandato, façam a defesa da implantação da política pública. A gente- enquanto sociedade civil- precisa ter a coragem e a decisão da defesa da política de Estado, que quebre aquela fatal descontinuidade das políticas que vão mudando conforme os governos. Se é um governo que tem alguma simpatia pela causa, as coisas acontecem de maneira X; se é um governo afinado e que entende que é realmente necessário, acontece de maneira X, Y, Z; e, se é um governo daqueles que queimam livros em praça pública, como é o caso desse último que tivemos, a política é de terra arrasada. É preciso interromper esse ciclo e para isso precisamos estar cotidianamente participando de maneira conjunta. Enquanto força da sociedade civil precisamos aproveitar esses hiatos de plena liberdade e cidadania na nossa difícil e tortuosa democracia e ampliar nossa participação democrática, colocando as coisas em seu devido lugar.

O recado que quero deixar aqui para todos é o da necessidade e importância da participação da sociedade civil, de entidades, universidades e bibliotecas para que isso ocorra.

A Carta Aberta em defesa do livro, da leitura, da literatura e bibliotecas (<https://emilia.org.br/carta-aberta-em-defesa-do-livro-da-leitura-da-literatura-e-das-bibliotecas-2/>), publicada em abril do ano passado (2022), assinada por 14.000 pessoas, contém 10 pontos que sintetizam as principais reivindicações deste momento. Espero, sinceramente, que esse novo governo atenda a essa carta e faça o que precisa ser feito.

Sobre o autor

José Castilho Marques Neto: Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1976) e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1992). Curso de especialização em Edición Global pela Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha. Atualmente é professor assistente doutor aposentado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara. Exerceu, desde 1988, funções de direção editorial junto à Editora UNESP (Editor Executivo e Diretor de Publicações da FUNDUNESP) e, a partir de 1º de abril de 1996, tornou-se o primeiro Diretor Presidente da Fundação Editora da UNESP, cargo que deixou em 1º de junho de 2015. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia e Filosofia Política atuando principalmente nos temas relacionadas à formação do pensamento de esquerda e marxista, notadamente no Brasil. Especializou-se também em editoração universitária e em políticas públicas de livro, leitura e bibliotecas, sendo consultor de organismos nacionais e internacionais de editoração e leitura, além de agências de fomento à pesquisa. Dirigiu a Biblioteca Pública Mário de Andrade, São Paulo (2002/2005). Presidiu em vários mandatos entidades e instituições do livro e da leitura como a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) e a Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (EULAC). Foi membro titular da Comissão Nacional do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, órgão da CPLP (2014). Foi Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, vinculado aos Ministérios da Cultura e da Educação (períodos: agosto/2006-março/2011 e junho/2013-

maio/2016), cargo Pro Bono. Atualmente é consultor internacional, pesquisador, conferencista e autor na área de livro, leitura e bibliotecas na empresa JCastilho - Gestão&Projetos - São Paulo - SP.
E-mail: jocastilho53@gmail.com

Recebido em: 01 set. 2023

Aprovado em: 02 maio 2024